

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas		Passivo e patrimônio líquido		
	31/12/2017	31/12/2016	Notas	2017	2016
Circulante	69.846	47.511	Circulante	33.363	29.269
Caixa e equivalentes de caixa	5	59.299	Fornecedores	434	2.706
Títulos e valores mobiliários		1.808	Empréstimos e financiamentos	9	20.542
Contas a receber	6	8.510	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	10	7.054
Outros créditos		229	Tributos a recolher		416
Não circulante	119.506	129.468	Salários e encargos sociais		1.883
Depósitos judiciais		-	Outros passivos		3.035
Tributos a compensar	7	268	Não circulante	6.170	25.537
Outros créditos		-	Empréstimos e financiamentos	9	28
Imobilizado	8	119.238	Provisão para desmantelamento	11	6.142
Total do ativo	189.352	176.979	Patrimônio líquido	149.819	122.173
			Capital social	12.1	102.071
			Reserva legal	12.2	6.730
			Reservas de retenção de lucros	12.3	41.018
			Total do passivo e do patrimônio líquido	189.352	176.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	Notas		
	31/12/2017	31/12/2016	
Receitas operacionais líquidas		61.476	57.222
Custo de energia vendida	13	(19.910)	(19.935)
Lucro operacional bruto		41.566	37.287
Despesas operacionais		(8.213)	(3.937)
Despesas gerais e administrativas	13	(8.213)	(3.937)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		33.353	33.350
Resultado financeiro líquido	14	(52)	(2.252)
Receitas financeiras		4.860	4.188
Despesas financeiras		(4.912)	(6.440)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		33.301	31.098
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(3.601)	(3.229)
Lucro líquido do exercício		29.700	27.869

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	Notas	
	2017	2016
Lucro líquido do exercício	29.700	27.869
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	29.700	27.869

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	Notas	
	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais	29.700	27.869
Lucro líquido do exercício	29.700	27.869
Depreciações e amortizações	9.835	9.428
Provisão para desmantelamento	435	1.816
Rendimento de aplicações financeiras	(728)	-
Provisão para participação nos resultados	4.572	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	3.869	5.068
Total	47.683	44.181

	Notas	
	2017	2016
Variações no ativo e passivo operacional		
Contas a receber	(2.089)	(763)
Impostos a compensar	101	(18)
Depósito judicial	200	-
Outros créditos	56	(11)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(1.612)	(1.179)
Ordenados e salários a pagar	212	-
Fornecedores	(2.272)	(451)
Tributos a recolher	1.409	1.403
Juros pagos	(3.490)	(4.980)
Outros passivos	56	20
Fluxo de caixa aplicado pelas atividades operacionais	(7.428)	(5.979)

	Notas	
	2017	2016
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de investimento		
Caução e depósitos vinculados	-	(123)
Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação	(1.486)	-
Títulos e Valores Mobiliários - Resgate	403	-
Adições ao ativo imobilizado	(61)	(1.272)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.144)	(1.395)
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamento		
Amortização de empréstimo principal	(17.802)	(16.038)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(1.619)	(5.761)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(19.421)	(21.799)
Varição de caixa e equivalentes	19.689	15.008
Disponibilidades no início do exercício	39.610	24.602
Disponibilidades no final do exercício	59.299	39.610
Varição de caixa e equivalentes	19.689	15.008

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

	Notas	
	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais	29.700	27.869
Lucro líquido do exercício	29.700	27.869
Depreciações e amortizações	9.835	9.428
Provisão para desmantelamento	435	1.816
Rendimento de aplicações financeiras	(728)	-
Provisão para participação nos resultados	4.572	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	3.869	5.068
Total	47.683	44.181

	Notas	
	2017	2016
Variações no ativo e passivo operacional		
Contas a receber	(2.089)	(763)
Impostos a compensar	101	(18)
Depósito judicial	200	-
Outros créditos	56	(11)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(1.612)	(1.179)
Ordenados e salários a pagar	212	-
Fornecedores	(2.272)	(451)
Tributos a recolher	1.409	1.403
Juros pagos	(3.490)	(4.980)
Outros passivos	56	20
Fluxo de caixa aplicado pelas atividades operacionais	(7.428)	(5.979)

	Notas	
	2017	2016
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de investimento		
Caução e depósitos vinculados	-	(123)
Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação	(1.486)	-
Títulos e Valores Mobiliários - Resgate	403	-
Adições ao ativo imobilizado	(61)	(1.272)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.144)	(1.395)
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamento		
Amortização de empréstimo principal	(17.802)	(16.038)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(1.619)	(5.761)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(19.421)	(21.799)
Varição de caixa e equivalentes	19.689	15.008
Disponibilidades no início do exercício	39.610	24.602
Disponibilidades no final do exercício	59.299	39.610
Varição de caixa e equivalentes	19.689	15.008

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

resultará em perdas por redução ao valor recuperável de ativos adicionais como segue:

Em R\$ mil	Impairment adicional estimado em 01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	78
Contas a receber com a CCEE	61
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	140

As perdas adicionais por redução ao valor recuperável representam o ajuste estimado ao patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2018. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos 5 últimos anos. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

• **Passivos financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: – o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e – o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Companhia possui passivos financeiros mensurados ao VJR, representados por dívidas em moeda estrangeira, para os quais existem instrumentos financeiros derivativos para mitigação do risco cambial.

• **Divulgações:** A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia inclui uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

• **Transição:** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: – A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. – As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: (a) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido. (b) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros. 3.2. **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. • **Receita de geração:** A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia gerada é provisionada, mediante a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha qualquer impacto em suas demonstrações financeiras. • **Câmara de Comercialização de Energia - CCEE:** A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia gerada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras. • **Transição:** A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado. A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados. A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do IFRS 15/CPC 47 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma. 3.3. **IFRS 16 Leases (arrendamentos):** A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante a norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por arrendamento operacional dos terrenos onde estão instaladas as torres de medição e os parques eólicos controlados pela Companhia. Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 11. • **Transição:** Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma – Abordagem retrospectiva; ou – Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Enerbrasil - Energias Renováveis do Brasil S.A. ("Enerbrasil" ou "Companhia") tem como objeto social a geração, distribuição, venda e qualquer outra forma de comercialização de energia elétrica por meio de planejamento, construção, reabilitação, ampliação, manutenção e exploração de centrais de energia elétrica de origem renovável. As atividades constantes no objeto social serão desenvolvidas em pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), parques eólicos, independentemente de seu tamanho, plantas de biomassa e outros, e, ainda, mediante a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A Companhia possui, desde 30 de junho de 2004, contrato firmado com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás"), por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa"), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, regulamentado em 2004 pelo Governo Federal com o objetivo de assegurar a contratação de fontes alternativas de energia tais como biomassa, eólica e pequenas centrais hidrelétricas. Por meio deste contrato, a Companhia assumiu o compromisso de produzir energia a partir de sua Central Eólica RN 15, com capacidade instalada de 49,30MW, localizada no município de Rio de Fogo, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos da Resolução Aneel nº 80, de 18 de fevereiro de 2003. O contrato tem por objeto a compra e venda de energia pelo prazo de 20 anos a contar da data do início da operação comercial, ocorrida em 15 de julho de 2006. Em 24 de agosto de 2017, tendo em vista a obtenção das aprovações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas de ambas empresas, foi consumada a incorporação da Elektro Holding S.A. até então controladora da Elektro Comercializadora pela Neoenergia S.A.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 08 de março de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: – os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) a avaliação dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo; nota explicativa 15; (ii) vida útil da infraestrutura utilizada para cálculo da depreciação do imobilizado, nota explicativa 7. **2.5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **a) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. **Mensuração:** - Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. - Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. - Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. **(ii) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. **Mensuração:** Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **b) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil

bil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve indicativo de deterioração e em função disso, a Companhia não efetuou análise para seus ativos. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a estimativa da vida útil efetiva dos bens. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.9. Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia segue o regime de tributação com base no lucro presumido, o qual possui bases de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social apuradas mediante a aplicação do percentual de 8% e 12% sobre a receita bruta de serviços, respectivamente, sendo o imposto de renda apurado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 9%. **2.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **2.10.1. Provisões para desmobilização de ativos:** Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Companhia efetuou o registro de provisão para desmantelamento de ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na temporeidade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e estão sendo depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. **2.11. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada). Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. **2.11.1. Receitas e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **2.11.2. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência

ENERBRASIL - ENERGIAS RENOVÁVEIS DO BRASIL S.A.

CNPJ 04.569.050/0001-45

como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. **3.4. Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia: - Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28. - Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. - IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização. A carteira de aplicações financeiras é constituída por títulos de renda fixa (Certificado de Depósito Bancário - CDB e debêntures compromissadas), com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2017, a rentabilidade média estava em 97,73% do CDI (98% em 2016). Essas aplicações apresentam alta liquidez e podem ser resgatadas a qualquer momento sem risco significativo de perda de valor.

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	107	2.368
Aplicações financeiras	59.192	37.242
Total	59.299	39.610

5. CONTAS A RECEBER

Os saldos de Contas a Receber referem-se a direitos oriundos da venda de energia elétrica e estão representados por valores a receber da Eletrobrás, relativos à venda de energia gerada a partir da sua Central Eólica no montante de R\$ 8.510 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 6.595 em 2016). A totalidade dos saldos apresentados está classificada como a vencer e a Administração da Companhia não espera ocorrência de perdas na realização desse saldo.

6. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda a recuperar	246	235
Contribuição social a recuperar	22	21
Total	268	256

7. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, líquido dos impostos recuperáveis, e deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis econômicas dos ativos. A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se identificada a existência de uma eventual perda, esta será registrada no resultado do exercício. Não foram identificadas tais circunstâncias que levariam a Companhia a avaliar a necessidade de constituição de provisão para perda sobre o valor dos ativos não financeiros. Os custos estimados relativos a desmantelamento de ativos são imobilizados pelo seu valor estimado, descontado a valor presente e depreciados de acordo com o prazo de vida útil desses ativos. A contrapartida desses custos foi inicialmente registrada no passivo através de provisão específica, a qual vem sendo ajustada pela atualização monetária e juros, com base no regime de competência.

	Consolidado									
	Taxa anual de depreciação %	Saldos 31/12/2015	Adi- cões	Bai- xas	Depre- ciação	Saldos 31/12/2016	Adi- cões	Bai- xas	Depre- ciação	Saldos 31/12/2017
Parque eólico	4	134.143	1.132	-	(7.091)	128.887	706	(572)	(9.759)	118.559
Móveis e Utensílios	20	1.199	83	-	(1.282)	-	48	-	(3)	45
Equipamento de informática	20	40	-	-	(17)	23	6	-	(6)	23
Veículos	20	20	104	-	(22)	102	576	-	(67)	611
Imobilizado em serviço		135.402	1.319	-	(8.412)	128.309	1.336	(572)	(9.835)	119.238

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2017	31/12/2016
Parque Eólico Rio do Fogo	4	249.001	230.048
Computadores e <i>software</i>	20	113	119
Veículos	20	763	187
Móveis e Utensílios	20	48	-
Em curso		3	-
Obras em Andamento			
Total		249.928	230.354
Depreciação acumulada		(130.690)	(102.045)
Total do imobilizado		119.238	128.309

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Passivo circulante						
Moeda Nacional	Uso dos recursos	Valor principal	Vencimento final	Taxa anual de juros	31/12/2017	31/12/2016
Santander (a)	Desenvolvimento Parque Eólico	68.000	15/04/2019	TJLP + 4,25%	10.685	9.939
BNDES (a)	Desenvolvimento Parque Eólico	68.000	15/04/2019	TJLP + 3,50%	9.857	9.355
Fundo Vinculado					-	-
					20.542	19.294

Passivo não circulante						
Moeda Nacional	Uso dos recursos	Valor principal	Vencimento final	Taxa anual de juros	31/12/2017	31/12/2016
Santander (a)	Desenvolvimento Parque Eólico	68.000	15/04/2019	TJLP + 4,25%	3.540	13.119
BNDES (a)	Desenvolvimento Parque Eólico	68.000	15/04/2019	TJLP + 3,50%	3.270	12.363
Fundo Vinculado					(6.782)	(5.698)
					28	19.784

Total **20.570** **39.077**

(a) Garantias: Tais contratos possuem como garantia as máquinas e equipamentos adquiridos com os recursos dos empréstimos, e as receitas provenientes do contrato de compra e venda de energia firmado entre a Eletrobrás e a Companhia e também possui como obrigação depositar o mínimo de 3 meses do serviço da dívida do BNDES, do Agente Financeiro e das despesas referentes ao serviço de operação e manutenção. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de longo prazo no montante de R\$ 6.810 possui vencimento para o ano de 2019.

9. DIVIDENDOS

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2017, os acionistas da Companhia aprovaram a proposta da destinação do lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 da seguinte forma: O lucro líquido total de R\$ 27.869, sendo 5% serão aplicados na destinação de reserva legal que não excederá o valor de 20% do capital social, totalizando R\$ 1.393. Aos acionistas é assegurado, a título de dividendos obrigatórios, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, assim ao final do exercício de 2017 a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 7.054 com base no lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A tabela a seguir demonstra o cálculo realizado:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do Exercício	29.700	27.869
Constituição da Reserva Legal (5%)	(1.485)	(1.393)
Base Dividendos Mínimos Obrigatórios	28.215	26.476
Dividendos mínimos Obrigatórios (25%)	7.054	6.619

Dessa forma, no exercício de 2017, foram pagos R\$ 1.619 de dividendos adicionais propostos calculados com base no lucro líquido do exercício deduzido de constituição de reserva legal.

10. PROVISÃO PARA DESMANTELAMENTO

As provisões constituídas referem-se a desmobilização de ativos do parque e estão compostas como segue:

	Desmantelamento
Saldo em 1º de janeiro de 2015	3.937
Constituição	1.166
Atualização	650
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.753
Reversão	(267)
Atualização	656
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.142

Os cálculos são efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem do parque eólico conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados necessários para desmobilização do parque.

11. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações. Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2017, não haviam processos avaliados com risco de perda provável, por isso não havia provisão constituída. A Companhia possui R\$ 9.712 (R\$ 8.533 em 31 de dezembro de 2016) em ações tributárias classificadas como perda possível.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 102.071, tem a seguinte composição acionária, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma:

	Acões	%
Elektro Renováveis do Brasil S.A.	102.070.607	99,99%
Iberdrola Operação e Manutenção Ltda.	1	0,01%
	102.070.608	100%

12.2. Reserva legal: A reserva legal é calculada com base na aplicação do percentual de 5% sobre seu lucro líquido apurado em cada exercício social, conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. **12.3. Reserva de retenção de lucros:** Em conformidade

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da **Enerbrasil - Energias Renováveis do Brasil S.A.**, Campinas - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Enerbrasil - Energias Renováveis do Brasil S.A. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enerbrasil - Energias Renováveis do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo:** Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação, datado de 21 de março de 2017. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

com a Lei 6.404/76 (Lei das S.A.), as sociedades poderão reter parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, desde que previamente aprovado pela Assembleia Geral e sem prejuízo para a distribuição do dividendo mínimo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui o montante de R\$ 41.018 e (R\$ 14.857 em 2016) de reserva constituída.

13. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica, e outras receitas relacionadas a demais serviços prestados pela Companhia.

	2017	2016
Fornecimento de energia	63.805	59.390
Deduções às receitas operacionais	(2.329)	(2.168)
PIF	(415)	(386)
COFINS	(1.914)	(1.782)
Total	61.476	57.222

14. CUSTO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVA

	2017	2016
Depreciação e amortizações – custo	9.833	9.428
Custo do serviço de energia elétrica e operação	10.077	10.507
Despesa com pessoal	3.164	322
Aluguel	371	446
Serviço prestado PJ	2.608	1.074
Outras	2.070	2.095
Total	28.123	23.872
Custo do serviço de energia elétrica e operação	19.910	19.935
Despesas Operacionais	8.213	3.937
Total	28.123	23.872

15. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2017	2016
Receitas com aplicação financeiras	4.860	4.188
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(3.869)	(5.656)
Despesas bancárias, CPMF, IOF e outras	(1.043)	(784)
Total	(52)	(2.252)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2017 o montante de imposto de renda e contribuição social apurado pela Companhia é de R\$ 3.601 (R\$ 3.229 em 2016), conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Receita operacional bruta	63.805	59.390
Base de cálculo (8%)	5.104	4.751
Receitas financeiras	4.860	4.188
Base de cálculo	9.964	8.939
IRPJ apurado (15%)	1.495	1.341
Adicional (10%)	979	870
Total Imposto de Renda	2.474	2.211

	2017	2016
Receita operacional bruta	63.805	59.390
Base de cálculo (12%)	7.657	7.127
Receitas financeiras	4.860	4.188
Base de cálculo	12.517	11.315
CSLL apurado (9%)	1.127	1.018
Total CSLL	1.127	1.018
Total IR e CSLL no exercício	3.601	3.229

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 31 de dezembro de 2017, em atendimento à legislação vigente, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros e não mantém contratos de instrumento financeiro derivativo. Os valores referentes aos instrumentos financeiros da Companhia, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, não apresentam diferenças significativas. Durante o exercício de 2017, a Companhia não realizou operações com derivativos. A seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Demonstrações Financeiras, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado. **Caixa e equivalentes de caixa:** São classificados como ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais. **Contas a receber de clientes e outros:** Decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais líquidos dos recebimentos realizados. **Fornecedores:** Decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. **Empréstimos e financiamentos:** O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar a compra de máquinas e equipamentos da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados: **17.1. Gestão do capital:** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **17.2. Gestão de risco de mercado: Risco de crédito** As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber, para as quais a Companhia fica exposta ao risco do cliente envolvido ou da instituição financeira. Visando gerenciar este risco a Enerbrasil mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições de grande porte, ponderando as concentrações de risco de acordo com o *rating* das instituições financeiras. As contas a receber são concentradas em um único cliente de reconhecida solidez. A Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber. **Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em receitas financeiras menores ou despesas financeiras maiores devido às flutuações nas taxas de juros, que reduzem as receitas relativas a suas aplicações financeiras ou aumentem seus encargos financeiros de empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar os potenciais impactos de volatilidade dessas taxas. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantinha um total de R\$ 1.808 em títulos e valores mobiliários, ambos no curto prazo. A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos
--	----------------	---------------------------------	------	------	------	------	------	-----------------

Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	20.570		20.570	20.542	28			
Fornecedores	434		434	434				

Análise de sensibilidade: A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e os rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e taxas de juros vigentes ao final do período. - Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável. - Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia e suas controladas no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Consolidado						
	Indexado	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,9%	1.808	125	156	187
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e financiamentos							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta TJLP	7,0%	20.570	1.440	1.800	2.160

Estimativa a valor justo: O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Nível (C)	Consolidado			
	2017	2016	2017	2016
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo

Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)							
Empréstimos e recebíveis							
Contas a receber de clientes e outros	2	8.510	8.510	6.695	6.695		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado							
Caixa e equivalentes de caixa	1	61.107	61.107	40.804	40.804		
Títulos e valores mobiliários	2	59.229	59.229	39.610	39.610		
		1.808	1.808	1.194	1.194		

Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)							
Mensurado pelo custo amortizado							
Fornecedores	2	21.004	21.004	41.783	41.783		
		434	434	2.706	2.706		
Empréstimos e financiamentos	2	20.570	20.570	39.077	39.077		

(C) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo. O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão. A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos os valores contábeis refletem o valor justo da operação. Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. escrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

DIRETORIA

Mário José Ruiz-Tagle Larraín - **Diretor**

Laura Cristina da Fonseca Porto - **Diretora**